

Demonstrações Financeiras

Angelus Seguros S/A

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

De acordo com as exigências legais e estatutárias submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Angelus Seguros S/A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Descrição dos negócios:

A Seguradora tem por objeto a operação em seguros do ramo pessoas e patrimoniais em qualquer uma de suas modalidades ou formas. Atualmente trabalha com Seguro de acidentes pessoais, vida em grupo, prestamista, e seguros residencial e empresarial. A Companhia faz parte do Consórcio DPVAT, com direito de recebimento de repasses relativos a reembolso de tributos e pagamento relativo ao resultado de sua participação, contabilizados nos moldes da Lei. Possui ainda a atividade de Regulação de Sinistros do DPVAT, que é reembolsada pela Seguradora Líder e compõe parte das receitas auferidas pela Sociedade. A partir de janeiro 2021, ocorreu a dissolução do Consórcio DPVAT, com isso, a Regulação de Sinistros pela Seguradora Líder e suas consorciadas passou a ser limitada aos eventos ocorridos até dezembro 2020.

Em janeiro de 2021, a SUSEP deferiu pedido realizado pela companhia para alteração da segmentação de S3 para S4, conforme Ofício Eletrônico nº 5/2021/COMOC/CGMOP/DIR4/SUSEP.

Comentários sobre a conjuntura atual:

A Administração monitora o mercado de atuação com vista ao aproveitamento das melhores oportunidades, alinhadas a estratégia de negócios da Companhia.

Todo o aparato regulatório da atividade é acompanhado com muita responsabilidade e controle. A Seguradora garante a cobertura dos riscos que assume por meio de reservas constituídas e adequado nível de liquidez financeira, mantendo suas aplicações com rendimento compatível com as melhores práticas do mercado e com política conservadora de risco assumido.

Desempenho:

Os prêmios emitidos no ano de 2022 no valor de R\$ 2.720 mil, representam um aumento de 24,80% em relação ao ano de 2021 (R\$ 2.179mil), este tem como principais fatores o aumento nos prêmios emitidos oriundos do aumento da base de clientes dos ramos de pessoas e patrimonial.

Os ativos totais em 31 de dezembro de 2022 representam um montante de R\$ 5.820 mil contra a R\$ 7.914 mil em 31 de dezembro de 2021, uma redução de 26,46% de 2021 para 2022. O principal fator foi o pagamento de dividendos excedente aos acionistas.

A administração tem implementado programas de melhoria contínua em processos e controles de subscrição, gestão de risco, regulação de sinistros e eficiência operacional, bem como reforçando a estrutura organizacional e sistêmica. A companhia manteve sua política de investimentos objetivando melhorar a experiência do cliente e ser reconhecida em termos de qualidade e agilidade, criando condições de crescimento sustentável ao longo dos próximos anos.

O resultado de 2022 foi prejuízo de R\$ 27 mil, este representa 102,04% menor que no ano de 2021 que apresentou lucro de R\$ 1.325 mil. O principal motivo foi a redução da receita de regulação de sinistros DPVAT, que vem sendo recomposta pelo crescimento das carteiras de seguro de pessoas e patrimonial.

A Seguradora mantém sob absoluto controle a sua situação financeira, mantendo-se sempre em conformidade com as normas aplicáveis. Os resultados apresentados foram considerados em todo o planejamento da empresa.

O planejamento estratégico da Sociedade da conta de cenários futuros promissores.

Perspectivas:

A administração espera um crescimento sustentável das operações nos próximos anos, através de eficiência operacional, ampliação e qualificação dos nossos canais de distribuição, expansão territorial, melhoria contínua dos processos de subscrição e gestão de sinistros e gastos administrativos.

Políticas relativas aos lucros apurados

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) calculados sobre o lucro líquido ajustado. O Estatuto da Sociedade prevê que o lucro excedente, não constituído em reservas específicas e não destinados pela Assembleia, será convertido em Reserva Complementar para futuro aumento de capital.

Declaração sobre a capacidade financeira

A Companhia, por força da regulação da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, precisa garantir condição financeira compatível com os riscos assumidos, podendo para tal fazer investimentos que capitalizam ao máximo suas sobras financeiras, dentro da melhor política de risco-retorno. Ao final do exercício de 2022 a Seguradora possui apenas investimentos em títulos do tesouro Pré-fixados LTN e SELIC LFT, que são utilizados como ativos garantidores das provisões técnicas e ainda títulos do tesouro IPCA NTN-B, e SELIC LFT, que são ativos de livre movimentação.

Recursos Humanos

A Angelus Seguros S/A. sabe que está no quadro de colaboradores um de seus principais diferenciais, por isso tem mantido programas permanentes de desenvolvimento e aperfeiçoamento.

Agradecimentos

Queremos agradecer os senhores acionistas, clientes, segurados e corretores pelo apoio e pela confiança que nos distinguem, às autoridades da SUSEP e demais ligadas as nossas atividades, aos auditores, consultores e prestadores de serviços pelos seus trabalhos e, especialmente aos nossos colaboradores pela dedicação durante este ano.

Maringá, 17 de fevereiro de 2023.

A Administração

ANGELUS SEGUROS S.A

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante		4.860	1.098
Disponível	4-b,5	227	163
Caixa e bancos	4-b,5	227	163
Aplicações	4-b,6	4.329	620
Títulos de renda fixa		4.329	620
Créditos das operações com seguros		257	195
Prêmios a receber	7	257	195
Outros créditos operacionais	8	37	114
Títulos e créditos a receber	9	10	6
Créditos tributários e previdenciários		1	-
Outros créditos		9	6
Ativo não circulante		958	6.816
Realizável a longo prazo		762	6.610
Aplicações	4-b,6	762	6.610
Investimentos		168	168
Participações Societárias		168	168
Imobilizado	10	4	7
Bens moveis		44	44
Outras imobilizações		14	14
Depreciação		(54)	(51)
Intangível	10	24	31
Outros intangíveis		24	31
Total do ativo		5.820	7.914

ANGELUS SEGUROS S.A

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Circulante		518	876
Contas a pagar	4-d	291	604
Obrigações a pagar	13	103	456
Impostos e encargos sociais a recolher	12-a	23	19
Encargos trabalhistas	12-b	129	102
Impostos e contribuições	12-a	17	16
Outras contas a pagar	13	19	11
Débitos de operações com seguros	4-c	12	16
Outros débitos operacionais		12	16
Depósitos de Terceiros		-	-
Provisões técnicas – seguros	11	215	256
Danos		23	34
Pessoas		192	222
Patrimônio líquido	14	5.302	7.038
Capital social	14	3.446	3.446
Reservas de lucros	14	1.948	3.975
Ajustes de avaliação patrimonial		- 92	- 383
Lucros acumulados		-	-
Total do passivo		5.820	7.914

ANGELUS SEGUROS S.A

Demonstração do resultado dos exercícios findos
31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021
 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	15	2.720	2.179
(+/-) Variação das provisões técnicas de prêmios	15	(2)	(126)
(=) Prêmios ganhos	15	2.718	2.053
(+) Receita com emissão de apólices	15	-	-
(-) Sinistros ocorridos	15	(236)	(250)
(-) Custo de aquisição	15	(68)	(121)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	15	122	1.822
(-) Despesas administrativas	15	(2.375)	(1.936)
(-) Despesas com tributos	15	(386)	(317)
(+) Resultado financeiro	15	390	723
(+/-) Resultado Patrimonial	15	-	-
(=) Resultado operacional		165	1.974
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		1	-
(=) Resultado antes dos impostos e participações		166	1.974
(-) Imposto de renda	16	(80)	(348)
(-) Contribuição social	16	(64)	(241)
(-) Participações sobre o lucro		(49)	(60)
(=) Prejuízo / Lucro líquido	14d	- 27	1.325
(/) Quantidade de ações	14d	689.110	689.110
(=) Prejuízo / Lucro líquido por ação – R\$	14d	- 0,04	1,92

ANGELUS SEGUROS S.A

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021.
 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Lucro / Prejuízo do exercício		(27)	1.325
Ajustes com títulos e valores mobiliários	6	(92)	(383)
Imposto de renda e contribuição social sobre componentes de outros resultados abrangentes		37	153
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidas de impostos		(55)	(230)
Total do resultado abrangente do exercício, líquidas de impostos		(82)	1.095

ANGELUS SEGUROS S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021.

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários</u>	<u>Lucros / Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 de dez de 2020		3.446	2.981	48	-	6.475
Resultado Líquido do Período		-	-	-	1.325	1.325
Reserva Legal		-	994	-	(994)	-
Dividendos	14a	-	-	-	(331)	(331)
Títulos e valores mobiliários		-	-	(431)	-	(431)
SALDOS EM 31 de dez de 2021		3.446	3.975	(383)	0,00	7.038
Resultado Líquido do Período		-	-	-	(27)	(27)
Reserva Legal		-	(27)	-	27	-
Dividendos	14a	-	(2.000)	-	-	(2.000)
Títulos e valores mobiliários		-	-	292	-	291
SALDOS EM 31 de dez de 2022		3.446	1.948	(91)	-	5.302

ANGELUS SEGUROS S.A

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021.

(Em milhares de reais)

Nome da Conta	Valor 31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	(27)	1.325
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	10	9
ATIVOS FINANCEIROS	2.139	(545)
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE SEGUROS E RESSEGUROS	14	(61)
CRÉDITOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS	(3)	(5)
OUTROS ATIVOS/OUTROS CREDITOS OPERACIONAIS	(1)	-
FORNECEDORES	(7)	(5)
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	31	23
OUTRAS CONTAS A PAGAR	(7)	(67)
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	(5)	(75)
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS	(41)	38
CAIXA GERADO/(CONSUMIDO) NAS OPERAÇÕES	2.103	637
IMPOSTOS SOBRE LUCROS PAGOS	1	(66)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.104	571
IMOBILIZADO	3	3
INTANGÍVEL	(3)	(3)
PAGAMENTO PELA COMPRA DE ATIVO PERMANENTE	-	(18)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	(18)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	(2.331)	(180)
OUTROS	291	(431)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(2.040)	(611)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	64	(58)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO ÍNICIO DO PERÍODO	163	221
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	227	163

ANGELUS SEGUROS S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Angelus Seguros S/A. (doravante "Seguradora" ou "Companhia"), com sede e foro na Avenida Pedro Taques, 294, Conjunto 504, Zona Armazém – Maringá (PR) é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo código civil, como que determina a legislação vigente, e em regência supletiva pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 13.818/19, Lei nº 14.030/20, Lei nº 14.195/21 e Lei nº 182/21, sendo este regramento adotado nesta ordem sucessiva e ainda no que forem aplicáveis as normas das sociedades simples, definidas na Lei nº 10.406/2002, permanecendo com prazo de duração indeterminado.

A sociedade tem por objeto social: Seguros do ramo de pessoas e patrimonial, autorizada a operar em todo o território nacional.

A composição acionária da companhia é representada por:

ACIONISTA	% PARTICIPAÇÃO
REGINALDO CZEZACKI	50%
NILSON MARTINS MARQUES	25%
WILSON MARTINS MARQUES	25%

Por seu objeto social, a sociedade deve respeito a todas as normas emanadas pelo órgão regulador Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, lhe prestando informações conforme normas em vigor.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Seguradora em reunião realizada do 17 de fevereiro de 2023.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos Circular nº SUSEP nº 648/21 com alterações vigentes na Circular nº SUSEP nº 678 de 10/10/2022, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP".

2.2. Comparabilidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas, conforme disposições da Circular nº SUSEP nº 648/21 com alterações vigentes na Circular nº SUSEP nº 678 de 10/10/2022 e suas posteriores alterações.

2.3. Base para Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP.

Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou aos seus contratos de seguro as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, de instrumentos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, a avaliação da obrigação por benefícios de pensão e tributos diferidos ativos.

2.4. Moeda Funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora e a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera e arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Seguradora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

As estimativas são estabelecidas a partir de julgamentos e estudos referentes a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir das estimativas iniciais em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. As estimativas são revistas pelo menos a cada data de balanço.

2.6. Uso de estimativas, julgamentos e as principais premissas contábeis

Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente onde a Administração mais exerce o julgamento e se utiliza de estimativas é na constituição dos passivos de seguros que envolvem diversas incertezas. A Seguradora se utiliza do capital segurado como a melhor estimativa do valor de liquidação dos sinistros. Os valores provisionados na maioria dos casos não diferem dos valores a serem pagos posteriormente.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares, ou preços de mercado menos custos

adicionais para descartar o ativo. Se houver ajustes, estes são efetuados semestralmente, por ocasião da publicação de balanço.

Estimativas utilizadas para cálculo dos créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para sua realização.

Estimativas de valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Seguradora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço.

2.7. Segregação entre circulante e não circulante

A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

2.8. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018, e substituiu a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) não aprovou esse pronunciamento.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substituiu a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) não aprovou esse pronunciamento.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento na data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

b) Apuração do resultado operacional

Os prêmios de seguros e cosseguros, e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e reconhecidos no resultado de acordo com o transcorrer da vigência do risco.

Os prêmios a receber e os respectivos custos de aquisição são registrados pelo seu valor futuro, deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos pelo regime de competência como receitas financeiras quando aplicável. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial (NTA).

As operações de cosseguro são contabilizadas com base nos contratos firmados com as congêneres.

As despesas são reconhecidas quando incorridas conforme o período de competência.

No caso do fornecimento de produtos, a Seguradora reconhece esse gasto como despesa quando tiver a posse ao que foi adquirido.

No caso do fornecimento de serviços, a Seguradora reconhece o gasto como despesa quando recebe os serviços.

c) Ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, determinada no reconhecimento inicial. As categorias são as seguintes:

i. *Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros designados no momento da aquisição, com a intenção de negociação ativa e frequente. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante da Seguradora, e seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período.

Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC-Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

ii. *Títulos mantidos até o vencimento*

Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Seguradora, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

iii. *Títulos disponíveis para venda*

Ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições anteriores. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Seguradora, de acordo com a maturidade do título. Seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

iv. *Empréstimos e recebíveis*

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados prêmios vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Seguradora é responsável por traçar um plano de recuperação desses prêmios, incluindo a necessidade de eventuais ajustes por reduções ao valor recuperável.

c) Redução ao valor recuperável (ativos financeiros)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo, é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável), nos ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada com

base na Circular nº SUSEP nº 648/21 com alterações vigentes na Circular nº SUSEP nº 678 de 10/10/2022, que determina a provisão para redução ao valor recuperável dos prêmios a receber vencidos a mais de 60 dias, com adição da totalidade dos valores a receber referente a mesma contraparte.

d) Custos de aquisição diferidos

Os custos diretos e indiretos incorridos durante o período financeiro decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguro são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que as respectivas receitas serão ganhas.

e) Ativo imobilizado e imóveis destinados a renda

Os ativos imobilizados são mensurados ao valor de custo menos amortização acumulada, e, quando aplicável, redução pelo seu valor recuperável.

Custos incorridos após a aquisição são ativados e reconhecidos como um ativo, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam revertidos à Seguradora, e o custo é razoavelmente determinável. Outras despesas com reparos e manutenção de imobilizado são reconhecidas no resultado do período.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e os seguintes períodos de vida útil estimada são determinados em cada grupo de ativo:

Grupo de ativo	Vida útil estimada	% por ano
Móveis e utensílios	10 anos	10% a.a
Veículos	5 anos	20% a.a
Equipamentos	5 anos	20% a.a
Outras Imobilizações	5 anos	20% a.a

A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis vigentes, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens.

g) Ativo intangível

Ativos intangíveis incluem o valor de softwares adquiridos de terceiros. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são avaliados por ocasião do reconhecimento inicial ao custo. Após o reconhecimento inicial, os ativos são mantidos ao custo, líquidos de amortização e perdas pelo valor recuperável acumulados. A amortização é calculada usando o método linear, no prazo de cinco anos.

h) Contratos de seguros

As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no Pronunciamento Técnico CPC 11 - Contratos de seguros, referendado pela Circular nº SUSEP nº 648/21 com alterações vigentes na Circular nº SUSEP nº 678 de 10/10/2022 e suas posteriores alterações.

A Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento.

i) Operações de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil (“leasing”) são classificados em dois grandes grupos: “leasing” operacional e “leasing” financeiro. O fator determinante para essa classificação, conforme CPC 06 - Operação de Arrendamento Mercantil, é justamente a transferência dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem.

j) Passivo circulante e não circulante

Representado por passivos financeiros, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases “pró-rata die”) incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável no exercício excedente a R\$ 240; e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até julho/2022, de agosto/2022 a dezembro/2022 foi aplicada a alíquota 16% para CSLL conforme Lei 14.446, de 02 de setembro de 2022.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende aos impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos à pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes). O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem dedutíveis, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados mensalmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

l) Avaliação de passivos originados de contratos de seguros

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTA.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é calculada “pro rata” dia, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos - PPNG-RVNE é estimada com base em cálculos atuariais, a partir do histórico das emissões ocorridas com atraso, onde é possível captar a defasagem entre a vigência do risco e a emissão do prêmio.

Assim essa provisão indica o nível de prêmios não ganhos, referente aos riscos vigentes, assumidos pela Companhia, porém ainda não emitidos.

A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo.

A Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. A provisão de IBNR para o ramo Acidentes Pessoais (0982) é apurada considerando como estimativa de sinistros ocorridos e não avisados a distribuição do IBNR observado mensalmente, no período de 12 (doze) meses, contados com defasagem de 03 (três) meses da data-base de março, junho, setembro e dezembro, meses em que o cálculo da provisão é realizado, já para os ramos Vida Coletivo (0993), Prestamista Coletivo (0977) e Compreensivo Residencial (0114), o valor de IBNR para a data-base t é resultante do maior valor entre a aplicação de percentuais sobre o somatório dos prêmios e sinistros dos últimos 12 meses, inclusive o mês da data-base. Para as datas em que a Companhia possui menos do que 12 meses de operação, considera-se o somatório dos prêmios e sinistros desde o início de suas operações.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), é constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios e deve abranger tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro, quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agregada.

A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é estabelecida para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico, sendo provisionada com base na estimativa de resultado do contrato, para as apólices que possuem cláusula de Excedente Técnico em suas especificações.

m) Teste de Adequação dos Passivos - TAP (LAT - *Liability Adequacy Test*)

Semestralmente, a Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos, conforme requerido pelo CPC11, visando determinar se os passivos registrados atualmente estão adequados às obrigações decorrentes de todos os contratos e certificados de planos de seguro vigentes, conforme estimativa de desembolsos futuros decorrentes dessas obrigações.

O TAP de 31/12/2022 foi realizado considerando metodologia baseada na estimativa corrente dos fluxos de caixa até a extinção das obrigações assumidas, deduzindo os custos de aquisição diferidos diretamente relacionados, e incluindo as despesas relacionadas aos sinistros, sendo que todos os contratos vigentes da Companhia são estruturados no Regime Financeiro de Repartição Simples.

Para o cálculo do referido teste, foram utilizadas premissas atuais, realistas e não tendenciosas condizentes com a realidade dos contratos e certificados vigentes da Companhia, sendo desconsideradas renovações automáticas e novas vendas. Para as estimativas de sinistros do ramo 0982, considerou-se a experiência da carteira da companhia nos últimos 12 meses anteriores a data-base do teste, com base nos dados disponíveis no Sistema de Estatísticas da SUSEP (SES). Para os ramos 0993 e 0977, os sinistros futuros relacionados à cobertura de Morte (M) foram estimados a partir da aplicação da tábua de mortalidade BR-EMSmt 2021 segregada por sexo. Para o ramo 0114, os sinistros futuros relacionados à cobertura Compreensivo Residencial foram estimados a partir da experiência da carteira da Companhia nos últimos 12 meses anteriores a data-base do teste.

Para as despesas administrativas, buscando incorporar de forma realista as estimativas correntes dos fluxos de caixa, estabeleceu-se o critério de alocação conforme a utilização de cada ramo, considerando ainda suas despesas mínimas para operação. Assim, as estimativas de despesas administrativas foram realizadas a partir das despesas incorridas da Companhia, de forma que se estima que o atual nível de despesas se mantenha constante até o final de vigência das apólices atuais. A partir disso, o critério de alocação entre os ramos 0982, 0977, 0114 e a regulação de sinistros do DPVAT, observou as despesas administrativas de Front Office e de Back Office. As despesas com tributos foram alocadas conforme distribuição de despesas administrativas por ramo. As despesas comerciais futuras foram apuradas conforme os percentuais contratualmente estabelecidos nas condições comerciais de cada apólice.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros foram descontadas a valor presente com base no modelo de Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETTJ) livres de risco no Brasil, estimada por meio de metodologia desenvolvida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Foram considerados os parâmetros referentes ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV) para os ramos 0982, 0993 e 0977 e ao Índice de Preços ao Consumidor (IPCA/IBGE) para o ramo 0114, alinhado às obrigações dos seguros da Companhia que são atualizadas pelos referidos índices, conforme disposto nas Condições Gerais dos produtos em operação. O desconto a valor presente foi realizado a partir dos vértices mensais dos fluxos de caixa.

Como conclusão do Teste de Adequação de Passivos, realizado em conformidade ao disposto na Circular SUSEP nº 648/2021, em 31 de dezembro de 2022 não foram identificadas insuficiências de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro referentes aos seguros de Pessoas e Danos da Angelus Seguros S.A.

n) Outras provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda.

Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como “provável”, conforme critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, com exceção das contingências relacionados a sinistros em que a Seguradora segue as estimativas conforme previsto no CPC 11 e Circular nº SUSEP nº 648/21 com alterações vigentes na Circular nº SUSEP n.º 678 de 10/10/2022 e suas posteriores alterações.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente, resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

o) Avaliação de ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Seguradora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros são gerados em favor da Seguradora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

p) Resultado por ação

O resultado do ano de 2022 é prejuízo de R\$ 27 (lucro do ano de 2021 foi de R\$ 1.325), em 2022 a companhia apresentou prejuízo por ação de R\$ - 0,04 contra R\$ 1,92 de lucro por ação em 2021.

4. Política de Gerenciamento de Riscos

A Seguradora, de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de subscrição de seguro
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de capital
- Risco financeiro

Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de risco da Seguradora engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para a sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos ligados à ética, transparência e prestação de contas.

A estrutura de gerenciamento de risco é adaptada ao porte de negócios da Seguradora e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pela área de Risco e pelos responsáveis de cada uma das áreas da Seguradora, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado.

a) Risco de subscrição de seguro

O risco de subscrição é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na especificação das condições de aceitação, na tarifação do produto ou ainda de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas ou elaborar políticas de resseguro ou transferência de risco inadequada.

i. Mitigadores do risco de aceitação do produto - O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é acompanhado em estrutura que proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de brechas que comprometam sua adequada identificação e mensuração. O monitoramento dos nossos produtos permite acompanhar e adequar quando necessário às tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

ii. Mitigadores do risco de subscrição - o risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde tenha a possibilidade de ocorrer sinistro, incerteza sobre o valor da indenização. O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que vai contra as expectativas da Companhia no momento da política de subscrição no que se refere as incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas.

iii. Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes - como forma de mitigar o risco de efetuar provisões insuficientes, o Teste de Adequação de Passivo (TAP) realizado em 31 de dezembro de 2022 possibilita averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelos órgãos reguladores do mercado segurador brasileiro.

Sensibilidade ao risco de subscrição

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data de balanço. Como fator de risco foi eleita a sinistralidade. Simulamos como um aumento e redução de 5pp e 10 pp na sinistralidade da carteira verificando o impacto no Patrimônio Líquido e no resultado do exercício:

	31 de dezembro 2022			
	Piora		Melhora	
	10 p.p	5 p.p	10 p.p	5 p.p
Prêmios Ganhos	2.717	2.717	2.717	2.717
Sinistros Ocorridos	(259)	(247)	(212)	(224)
Índice de Sinistralidade	9,5%	9,1%	7,8%	8,2%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(24)	(12)	24	12
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(14)	(7)	14	7
	31 de dezembro de 2021			
	Piora		Melhora	
	10 p.p	5 p.p	10 p.p	5 p.p
Prêmios Ganhos	2.053	2.053	2.053	2.053
Sinistros Ocorridos	(275)	(263)	(225)	(238)
Índice de Sinistralidade	13,4%	12,8%	11,0%	11,6%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(25)	(13)	25	13
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(15)	(8)	15	8

(*) não inclusa operação DPVAT

b) Risco financeiro

i. *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros.

No que se refere a ativos financeiros, a Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidas.

Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas.

Para o controle e avaliação do risco de crédito, a Seguradora utiliza a classificação de risco de crédito das emissões não-bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no país. Se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, a Seguradora adotará, para fins de classificação de risco de crédito, aquela mais conservadora.

A política de gestão de riscos da Seguradora visa assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada à política de investimento definida.

O valor justo de instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em preços cotados em mercado ativo na data de balanço.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil em 31 de dezembro de 2022:

Classificação	BB-	B	Sem <i>rating</i>	Valor contábil
Caixa e bancos	-	-	226.707	226.707
Públicos	5.183.072	-	-	5.183.072
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	719.264	-	-	719.264
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	168.702	-	-	168.702
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	4.295.106	-	-	4.295.106
Privados	-	-	-	-
Certificado de depósitos bancários (CDB)	-	-	-	-
Fundos	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-
Exposição máxima ao risco de crédito	<u>5.183.072</u>	<u>-</u>	<u>226.707</u>	<u>5.409.780</u>

ii. *Risco de liquidez*

A política de risco de liquidez estabelece a avaliação e a determinação do que constitui esse tipo de risco para a Seguradora. A conformidade com a política é monitorada, e exposições e transgressões são apresentadas para a Administração. A pertinência da política e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente.

Ativos financeiros	31/12/2022		31/12/2021	
	Até um ano	1 - 5 anos	Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.329	762	5.091	7.230
Caixa e equivalentes de caixa	227	-	227	163
Crédito das operações de seguros	294	-	294	308
Títulos e créditos a receber	11	-	11	7
Total de ativos financeiros	4.861	762	5.623	7.708

Passivos financeiros

	Até um ano	1 - 5 anos	Valor contábil	Valor contábil
Contas a pagar e outros valores a pagar	291	-	291	604
Débitos de operações de seguros	12	-	12	16
Provisão de Sinistro a Liquidar	96	-	96	91
Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados-IBNR	81	-	81	77
Provisão Despesas Relacionadas - PDR	4	-	4	5
Provisão Excedente Técnico	34	-	34	82
Total de passivos financeiros	518	-	518	875

Gerenciamento do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio.

iii. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm sobre os ganhos da Seguradora sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

Taxa de juros

Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, a Seguradora realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos indexadas à variação do IPCA, selic e títulos pré-fixados.

Sensibilidade à taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade foi considerada a variável taxa de juros como fator de risco. Simulamos como uma elevação e diminuição de 1% na taxa de juros Selic, teriam impactado no Patrimônio Líquido e resultado em 31 de dezembro de 2022:

Classe de ativo	Variação das premissas	Impacto sobre o Patrimônio Líquido	Impacto sobre o Patrimônio Líquido
		31/12/2022	31/12/2021
Ativos pós fixados - Públicos	Aumento de 1% na taxa SELIC	26	43
Ativos pós fixados - Públicos	Redução de 1% na taxa SELIC	(26)	(43)

iv. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Capital Mínimo Requerido conforme a Resolução CNSP nº 432/21 com alterações vigentes na Resolução CNSP nº 448/22 e alterações posteriores.

A Seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP.

A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram o capital regulatório, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital por meio da

otimização do mesmo. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico da Seguradora.

A Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Vide tabela apresentada na nota explicativa 13-e, com o cálculo do capital mínimo regulatório da Seguradora em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

5. Disponível

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	1	1
Banco	226	162
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>227</u>	<u>163</u>

6. Aplicações Financeiras

Valor Classificação do Título	Valor Mercado	31/12/2022		Representatividade (%)	Indexador
		Valor Curva	Valor MTM		
<i>Títulos disponíveis para negociação</i>					
LFT	101	101	-	14%	SELIC
LFT	101	101	-	14%	SELIC
LFT	202	202	-	28%	SELIC
LFT	315	315	-	44%	SELIC
Total LFT	719	719	-	14,1%	
LTN	160	169	(9)	100%	PREFIXADO
Total LTN	160	169	(9)	3,1%	
NTN-B	4.127	4.200	(73)	98,0%	IPCA
NTN-B	85	95	(10)	2,0%	IPCA
Total NTN-B	4.212	4.295	(83)	82,7%	
Total	5.091	5.183	(92)	-	
Circulante	4.329		-		
Não Circulante	762		-		

Valor Classificação do Título	Valor Mercado	31/12/2021		Representatividade (%)	Indexador
		Valor Curva	Valor MTM		
<i>Títulos disponíveis para negociação</i>					
LFT	90	90	-	14%	SELIC
LFT	90	90	-	14%	SELIC
LFT	179	179	-	28%	SELIC
LFT	280	281	(1)	44%	SELIC
Total LFT	639	640	(1)	8,8%	
LTN	171	171	-	54%	PREFIXADO
LTN	147	157	(10)	46%	PREFIXADO
Total LTN	318	328	(10)	4,4%	
NTN-B	120	121	(1)	1,9%	IPCA
NTN-B	240	241	(1)	3,8%	IPCA

NTN-B	5.828	6.192	(363)	92,9%	IPCA
NTN-B	85	91	(6)	1,3%	IPCA
Total NTN-B	6.273	6.645	(371)	86,8%	
Total	7.230	7.613	(382)		
Circulante	620		-		
Não Circulante	6.610				

a) Composição dos títulos e valores mobiliários

O valor de mercado das quotas de fundos de investimento financeiro, foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimentos, nos quais a Seguradora aplica seus recursos. O valor de mercado dos títulos classificados como disponível para venda, foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro de 2021, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA.

b) Estimativa de valor justo

A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo, é realizada com base nos seguintes critérios:

- *Nível 1:* preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- *Nível 2:* *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- *Nível 3:* *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela a seguir demonstra a mensuração do valor justo dos ativos financeiros por níveis:

31/12/2022								
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Nível	Sem Vencimento	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Custos mais Rendimentos	MTM
LFT	1	-	-	202	517	719	719	-
LTN	1	-	-	-	160	160	169	(9)
NTN-B	1	-	4.127	-	85	4.212	4.295	(83)
Total		-	4.127	202	762	5.091	5.183	(92)

31/12/2021								
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Nível	Sem Vencimento	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Custos mais Rendimentos	MTM
LFT	1	-	90	-	549	639	640	(1)
LTN	1	-	171	-	147	318	328	(10)
NTN-B	1	-	-	6.188	85	6.273	6.645	(371)
Total		-	261	6.188	781	7.230	7.613	(382)

a) Movimentação das aplicações financeiras

Apresentamos abaixo a movimentação das aplicações financeiras entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022:

Disponíveis para venda	Saldo em 31/12/2021	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ Resultado na venda	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/2022
LFT	639	98	91	73	2	719
LTN	318	-	175	16	2	160
NTN-B	6.273	-	2.369	19	288	4.211
TOTAL	7.230	98	2.635	107	292	5.091

I) Ativos oferecidos em garantia das provisões técnicas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Total das provisões técnicas	<u>215</u>	<u>256</u>
Total a ser coberto	<u>215</u>	<u>256</u>
<u>Ativos dados em garantia das provisões técnicas</u>	778	818
Títulos de renda fixa - públicos	778	818
Suficiência - \$	<u>563</u>	<u>562</u>
Suficiência - %	<u>361,9%</u>	<u>319,5%</u>

O Índice de liquidez em relação ao Capital de Risco ficou vigente até 30/11/2021, sendo revogado pela Resolução CNSP nº 412/21, que posteriormente foi revogada pela Resolução CNSP nº 432/21 com alterações vigentes na Resolução CNSP nº 448/22.

II) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não havia contratos envolvendo operações de “swap”, opções ou outros instrumentos financeiros derivativos.

7. **Prêmios a receber**

a) Detalhamento dos prêmios a receber por ramo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>A vencer</u>
Ramos		0 - 30 dias *
0114 - Patrimonial		66
0982 - Acidentes pessoais – coletivo		182
0993 - Vida em Grupo		-
0977 - Prestamista		9
Total Geral		257

(*) A composição dos Prêmios a Receber é majoritariamente composta por Prêmios de Riscos Vigentes e Não Emitidos – RVNE

b) Movimentação dos prêmios a receber

	<u>31/12/2022</u>
Saldo em 31 de dezembro 2021	195
(+) Prêmios emitidos	2.660
(-) Prêmios de Riscos Vigentes não emitidos	59
(+) IOF	53
(-) Recebimento	(2.710)
Saldo em 31 de dezembro 2022	257

8. **Outros Créditos Operacionais**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a Receber - DPVAT	<u>37</u>	<u>114</u>
	<u>37</u>	<u>114</u>

9. **Títulos e Créditos a receber**

9.1 **Créditos Tributários/Previdenciários e Adiantamento a funcionários**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Créditos a Receber	<u>1</u>	<u>-</u>
Adto de Funcionários	<u>9</u>	<u>6</u>
Total de Créditos a Receber	<u>10</u>	<u>6</u>

10. Imobilizado e intangível

Imobilizado						
Descrição	Saldo residual 31/12/2021	Aquisições Baixas	Despesa Depreciação	Saldo residual 31/12/2022	Custo Total 31/12/2022	Depreciação Acumulada 31/12/2022
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamentos	-	-	-	-	-	(38)
Outras imobilizações	7	-	(3)	4	-	(10)
Total	7	-	(3)	4	-	(48)

Descrição	Saldo residual 31/12/2021	Aquisições Baixas	Despesa Amortização	Saldo residual 31/12/2022	Custo total 31/12/2022	Amortização acumulada 31/12/2022
Software	-	-	-	-	-	(68)
Intangível	28	-	(7)	21	-	(8)
Outros Intangíveis	3	-	-	3	-	-
Total	31	-	(7)	24	-	(76)

11. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

a) Detalhamento das provisões técnicas por ramo – seguros

Ramos	Sinistros à Liquidar - PSL		Provisão de Despesas Relacionadas - PDR		Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR		Provisão de Excedente Técnico - PET	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Danos								
0114 – Residencial	12	26	1	-	10	8	-	-
Total curto prazo	12	26	1	-	10	8	-	-
Pessoas								
0977 – Prestamista	-	-	-	-	10	18	-	-
0982 – AP* – coletivo	78	45	3	3	61	49	34	82
0993 – Vida em grupo	7	20	-	2	-	3	-	-
Total curto prazo	85	65	3	5	71	70	34	82
Total	97	91	4	5	81	78	34	82

*AP – Acidentes Pessoais

b) Movimentação das provisões técnicas

	31/12/2022			
	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de Despesa Relacionada	Sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	Provisão de Excedente Técnico - PET
Saldo do Início do Período	91	5	78	82
Constituição/Reversão	230	1	4	71
Aviso de sinistro- Constituições e Reversões	-	-	-	-
Pagamento de sinistro/benefícios	(225)	(3)	-	(119)
Saldo Final do Período	97	4	81	34

c) Desenvolvimento de Sinistros

Desenvolvimento de sinistros ocorridos: a tabela abaixo apresenta a evolução acumulada das estimativas dos sinistros administrativos e judiciais ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente e os períodos do triângulo contemplam os sinistros ocorridos no período de 12 meses considerando o mês de apuração. Por exemplo, dezembro de 2022 contempla a ocorrência de janeiro a dezembro de 2022:

<u>Mês/ano de ocorrência</u>	Sinistros administrativos e judiciais				
	<u>Até 12/2019</u>	<u>12/2020</u>	<u>12/2021</u>	<u>12/2022</u>	<u>Total</u>
Incorrido					
Até a data-base:	451.000	121.404	214.938	241.050	1.028.392
Um ano mais tarde:	510.372	155.572	226.345		892.289
Dois anos mais tarde:	488.228	156.881			645.109
Três anos mais tarde:	466.825				466.825
Posição em 31/12/2022	<u>466.825</u>	<u>156.881</u>	<u>226.345</u>	<u>241.050</u>	<u>1.091.100</u>
Pago acumulado					
Até a data-base:	(404.696)	(93.404)	(181.472)	(190.500)	(870.072)
Um ano mais tarde:	(456.376)	(121.904)	(215.727)		(794.007)
Dois anos mais tarde:	(462.173)	(121.904)			(584.077)
Três anos mais tarde:	(462.359)				(462.359)
Posição em 31/12/2022	<u>(462.359)</u>	<u>(121.904)</u>	<u>(215.727)</u>	<u>(190.500)</u>	<u>(990.490)</u>
PSL em 31/12/2022	<u>4.465</u>	<u>34.977</u>	<u>10.618</u>	<u>50.550</u>	<u>100.610</u>
Diferença entre as estimativas inicial e final	<u>(15.825)</u>	<u>(35.477)</u>	<u>(11.407)</u>	-	
% Diferença	<u>-3%</u>	<u>-23%</u>	<u>-5%</u>	-	

12. Impostos, Contribuições e Encargos sociais

a) Impostos e contribuições recolher

A descrição dos impostos e contribuições da Seguradora a recolher está a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda a recolher	2	1
Contribuição social a recolher	2	2
PIS e COFINS a pagar	13	13
Contribuições retidas na fonte	23	19
Total de impostos e contribuições	40	35

b) Encargos trabalhistas a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões férias e 13º salário	104	80
Encargos Social a Recolher	25	22
Total de Obrigações Trabalhistas	129	102

13. Obrigações a pagar

Detalhamos abaixo a composição das obrigações a pagar da Seguradora em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

<u>Até um ano</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores	43	50
Honorários, Remuneração e Gratificação a pagar	60	75
Dividendos a pagar	0	331
Obrigações a Pagar	103	456
Outras contas a pagar	19	11
Outras contas a pagar	19	11

14. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 3.445.550,30 em 31 de dezembro de 2022 representado por 689.110 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo:

ACIONISTA	% PARTICIPAÇÃO
REGINALDO CZEZACKI	50%
NILSON MARTINS MARQUES	25%
WILSON MARTINS MARQUES	25%

b) Reserva de lucros

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição da reserva legal, efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita a deliberação em Assembleia Geral.

A Seguradora constitui sua reserva legal baseada no que determina a lei da sociedade anônima (5% legal). E o valor restante é constituído como reserva estatutária conforme estatuto da empresa.

c) Dividendos

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. Foram propostos dividendos de acordo com os limites mínimos previstos no Estatuto Social da cia.

d) Lucro por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básicos e diluído por ação:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro do ano	(27)	1.325
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	689.110	689.110
Lucro básico por ação - R\$	(0,04)	1,92

e) Patrimônio Líquido ajustado e solvência

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrimônio Líquido	5.302	7.038
(-) Intangíveis	(24)	(31)
(-) Partic. Outras companhias	(169)	(169)
1. Ajustes Contábeis (a)	(193)	(200)
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (b)	-	-
PLA nível 01	5.109	6.838
PLA nível 02	-	-
PLA nível 03	-	-
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3	-	-
4. PLA (Total) = PL + Ajus. cont.+ Ajus. Econ. + Ajus. Do Exc. De Nível 2 e 3	5.109	6.838
Capital Base - (CNSP 432/21) (c)	3.960	3.960
Capital Adicional de Subscrição	454	358
Capital Risco de Crédito	7	12
Capital Risco Operacional	11	10
Capital Risco de Mercado	66	241
Correlação entre Capital Risco	(48)	(126)
Capital de Risco (d)	490	495
Patrimônio Líquido Ajustado	5.109	6.838
(-) Exigência de Capital - EC maior entre (c) ou (d)	3.960	3.960
Suficiência de Capital	1.149	2.878
Suficiência de Capital (% da EC)	29,0%	72,7%

15. Detalhamento das contas da demonstração do resultado:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
a) Prêmios emitidos		
Prêmios emitidos	2.677	2.099
Prêmios restituídos/cancelados	(17)	(1)
Prêmios – Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE)	59	81
Total - Prêmios emitidos	2.720	2.179
b) Variação das provisões técnicas de prêmios		
Provisão de Prêmios Não Ganhos (RVNE)	-	-
Provisão de Despesas Administrativas (PDA)	-	-
Provisão de Excedente Técnico (PET)	(2)	(126)
Total - Variação das provisões técnicas de prêmios	(2)	(126)
c) Receita com emissão de apólices	-	-
d) Sinistros ocorridos		
Indenizações avisadas	(230)	(225)
Despesas com sinistros	-	-
Variação da Prov. Sinistros Ocor. mas Não Avis. (IBNR)	(4)	(21)
Variação Despesas Relacionadas do IBNR	(1)	(4)
Total - Sinistros ocorridos	(236)	(250)
e) Custos de aquisição		
Comissões	(68)	(121)
Total - Custos de aquisição	(68)	(121)
f) Outras receitas e despesas operacionais		
Outras receitas operacionais	286	1.827
Outras receitas com operações de seguros	286	1.827
Outras despesas operacionais	(164)	(6)
Provisões Cíveis	5	(6)
Outras Despesas Operacionais	(3)	-

Despesas Diversas	(167)	-
Total de outras receitas e despesas operacionais	122	1.821
g) Despesas administrativas	-	-
Pessoal próprio	(1.121)	(941)
Serviços de terceiros	(1.122)	(884)
Localização e funcionamento	(145)	(98)
Publicidade e propaganda	15	(17)
Outras despesas administrativas	(2)	4
Total	(2.375)	(1.936)
h) Despesas com tributos	-	-
COFINS	(128)	(182)
PIS	(21)	(30)
Taxa de fiscalização	(236)	(104)
Outros	(1)	(1)
Total	(386)	(317)
i) Resultado financeiro	-	-
Receitas financeiras	418	754
Fundos de investimentos	-	-
Receitas com títulos de renda fixa Privados	-	-
Receitas com títulos de renda fixa públicos	418	745
Outras receitas financeiras (DPVAT)	-	-
Outras receitas financeiras	-	9
Despesas financeiras	-	(32)
Outras despesas financeiras (DPVAT)	(28)	(32)
Total do resultado financeiro	418	722
j) Resultado Patrimonial	-	-
Dividendos e Rendimentos	-	-
Total - Resultado Patrimonial	-	-
k) Resultado não Operacional	-	-
Ativos não recorrentes	1	-
Total - Resultado não Operacional	1	-
L) Participação sobre o Lucro	-	-
Participação nos Lucros e Resultados	(49)	(60)
Total - Participação sobre o Lucro	(49)	(60)

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Contábil	117	117	1.914	1.914
Ajustes de avaliação patrimonial	291	291	(430)	(430)
Ajuste ao Lucro	8	8	5	5
Base de Cálculo	416	416	1.489	1.489
Alíquota IRPJ e CSLL	25%	20%	25%	20%
Adicional IRPJ	10%	0%	10%	0%
Total de Impostos	80	64	348	241

17. Transações com partes relacionadas

(a) Transações com pessoal-chave

As transações com pessoal-chave da administração referem-se a valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Honorários de diretoria e encargos	36	36
	36	36

(b) Transações e saldos

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Emissões de apólices de seguro dos ramos vida, acidentes pessoais e prestamista;

18. Eventos Subsequentes não ajustáveis CPC 24 –19

A companhia não foi impactada com a paralisação de suas atividades até o momento em razão das medidas restritivas para contenção do Corona Vírus COVID-19. Foram adotadas as seguintes ações para redução dos efeitos no faturamento e no caixa: renegociação com fornecedores e prestadores de serviços, home-office para colaboradores. No exercício de 2022 não tivemos avisos de sinistros cuja causa da morte tenha sido por COVID-19.

Diretoria		
Cargo	Nome	Registro
Diretor	Reginaldo Czezacki	Não aplicável
Diretor Executivo	Luiz Claudio de Gênova	Não aplicável
Diretora riscos e controles	Luciana Romero Braga Borges	Não aplicável
Contador	Diego Henrique Fraile	CRC – PR-068873/O-4
Atuário responsável	Sérgio Rangel Guimarães	MIBA 0743

PARECER DA AUDITORIA ATUARIAL INDEPENDENTE

**Aos Acionistas e Administradores da
Angelus Seguros S/A**

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da **Angelus Seguros S/A** (a seguir denominada “Seguradora”), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do Atuário Independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Seguradora são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da **Angelus Seguros S/A** em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre/RS, 16 de fevereiro de 2023.

Alexandre Turk de Almeida – Atuário MIBA nº 1034
ALM Consultoria e Auditoria Atuarial S/S Ltda
CNPJ nº 08.614.081/0001-21 – CIBA nº 102
Av. Carlos Gomes, 700/606, Porto Alegre

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Acionistas da
ANGELUS SEGUROS S.A.
Maringá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ANGELUS SEGUROS S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ANGELUS SEGUROS S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão no processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas relevantes inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para a execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude e erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de

erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2023

TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRCRS 009308-F

Luiz Fernando Silva Soares
Contador CRCRS no. 033.964-O